

BOLETIM

DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº 06

3º TRIMESTRE DE 2021



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS



SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.

Boletim Desigualdade nas Metr6poles. Porto Alegre/RS, n. 06, 2021

Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>

*As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata

Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr6poles

Pesquisador da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Pesquisador do Núcleo RJ (coordenação nacional) do Observatório das Metr6poles

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Paula Guedes Martins Ferreira

Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Observatório das Metr6poles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Fundação PORTICUS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)

imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br

(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metr6poles

comunicacao@observatoriodasmetropoles.net

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1

Entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020 a renda dos 40% mais pobres no conjunto das metrópoles caiu 34%, enquanto a renda dos 10% mais ricos teve redução de somente 2,5%. Já mais recentemente, entre 2020 e 2021, o quadro se inverte, com o aumento de 23% na renda dos mais pobres e redução de 8% da renda dos mais ricos. Essa queda do rendimento dos mais ricos, combinada com a elevação dos rendimentos dos mais pobres, explica a diminuição da desigualdade de renda junto à redução do rendimento médio registrada nos trimestres mais recentes.

2

A média de rendimentos no conjunto das regiões metropolitanas segue em tendência de baixa, alcançando agora o pior nível de toda a série histórica, iniciada em 2012: R\$ 1.352,90. Assim, as perdas no rendimento médio mais do que superaram os ganhos obtidos desde 2017.

3

Na média das metrópoles, a desigualdade - mensurada através do coeficiente de Gini - apresentou tendência de queda no último trimestre, mas em ritmo lento e ainda longe de ser suficiente para alcançarmos o patamar do início de 2020. No 3º trimestre de 2021 a média do Gini para o conjunto das metrópoles foi de 0,611, contra 0,616 registrado no trimestre anterior. Antes da pandemia, no 1º trimestre de 2020, a média do Gini era de 0,602.

4

A média de renda dos 40% mais pobres em nossas metrópoles vem se recuperando vagarosamente, de modo que no 3º trimestre de 2021 seus rendimentos médios ainda eram 16,1% menores em relação ao patamar imediatamente anterior à pandemia. No total já são 5 trimestres seguidos com renda média ao menos 15% inferior à verificada no início de 2020.

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

5

No 3º trimestre de 2021 os rendimentos dos 10% mais ricos foi 33,1 vezes superior do que os rendimentos dos 40% mais pobres. Esse valor é menor que o registrado nos dois últimos trimestres, contudo bastante superior aos valores registrados no 1º trimestre de 2020, antes da pandemia, que era 27,4 vezes.

6

No 3º trimestre de 2021, 25,3% dos moradores de nossas metrópoles viviam em domicílios cuja renda média per capita era de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Apesar da leve redução em relação ao trimestre anterior, quando essa taxa era de 26,4%, ainda estamos muito longe do cenário de antes da pandemia, quando essa cifra era de 23,4%. Em relação ao início de 2020, ainda são 1.7 milhões de pessoas a mais nessa situação em nossas metrópoles.

7

No 3º trimestre de 2021, as famílias chefiadas por homens tinham média de renda 1,60 vezes superior à média das famílias chefiadas por mulheres. Antes da pandemia, contudo, essa razão era de 1,47. Portanto, as famílias chefiadas por mulheres sofreram de modo muito mais profundo com a crise provocada pela pandemia em nossas regiões metropolitanas.

01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI¹ e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país². E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as regiões metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e

1 Fundo Monetário Internacional.

2 Ver notas metodológicas, abaixo.

basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O *Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles* tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo³.

Em cada um dos boletins trimestrais, além das informações básicas, incluiremos blocos complementares sobre: desigualdade e escolaridade (1º trimestre), desigualdades raciais (2º trimestre), desigualdades entre sexos (3º trimestre) e desigualdade

de oportunidades (4º trimestre).

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

3 Ver notas metodológicas, abaixo.

NOTAS METODOLÓGICAS

1

A fim de manter a comparabilidade com a série histórica da PNAD tradicional, e também com o intuito de garantir uma maior estabilidade da medida, trabalhamos com os rendimentos habituais do trabalho, e não os efetivos. Ao utilizar a divulgação trimestral da PNADc, que nos garante uma menor defasagem dos dados, temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual. Para o cálculo das estatísticas de desigualdade, damos preferência ao uso da renda domiciliar per capita do trabalho.

2

Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso muita cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir desta fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes, como de políticas sociais de transferência de renda, têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho.

3

Trabalhamos com todas as regiões metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as regiões metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

02 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Nas figuras 1 e 2 estão expostos, respectivamente, os gráficos da evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas⁴ e a evolução da média móvel de quatro trimestres do coeficiente de Gini – o que permite observar melhor as tendências de longo prazo.

Na figura 1, o que se constata é que o coeficiente de Gini se manteve relativamente estável entre o início da série até o 2º trimestre de 2015, quando se elevou até o 1º trimestre de 2019, sendo seguido por uma tendência de queda até o 1º trimestre de 2020. Nos dois trimestres seguintes de 2020, no momento inicial da pandemia, ocorreu significativo aumento no Gini, alcançando o maior valor da série histórica: 0,635. A partir do último

trimestre de 2020 até o 3º trimestre de 2021, se percebe uma redução constante do coeficiente, chegando a 0,611. Apesar da redução, esses valores ainda são bastante superiores aos registrados em 2019, antes da pandemia. Ou seja, após uma súbita e acentuada elevação no início da pandemia, a desigualdade vem apresentando tendência de queda, mas em ritmo muito lento e ainda insuficiente para alcançarmos o patamar do início de 2020.

Na figura 2, fica evidenciado o comportamento de aumento contínuo do Gini entre o 3º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2020, assim como o aumento abrupto que ocorreu entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, o que aponta para a elevação expressiva das desigualdades de renda oriundas do trabalho no conjunto das Regiões Metropolitanas do país - decorrente da crise econômica existente desde 2015 e aprofundada pela pandemia da Covid-19 a partir de 2020. A média móvel encontrada no 3º trimestre de 2021 – de 0,618 – repete o comportamento de redução registrado no trimestre anterior, mas ainda apresenta valores mais altos do que os valores pré-pandêmicos.

Na figura 3 está exposta a evolução da média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas, agrupadas pelas macrorregiões

4 Isto é, primeiro calculamos o coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas, em cada um dos trimestres/ano. Posteriormente, calculamos a média dos coeficientes em cada um dos trimestres/ano.

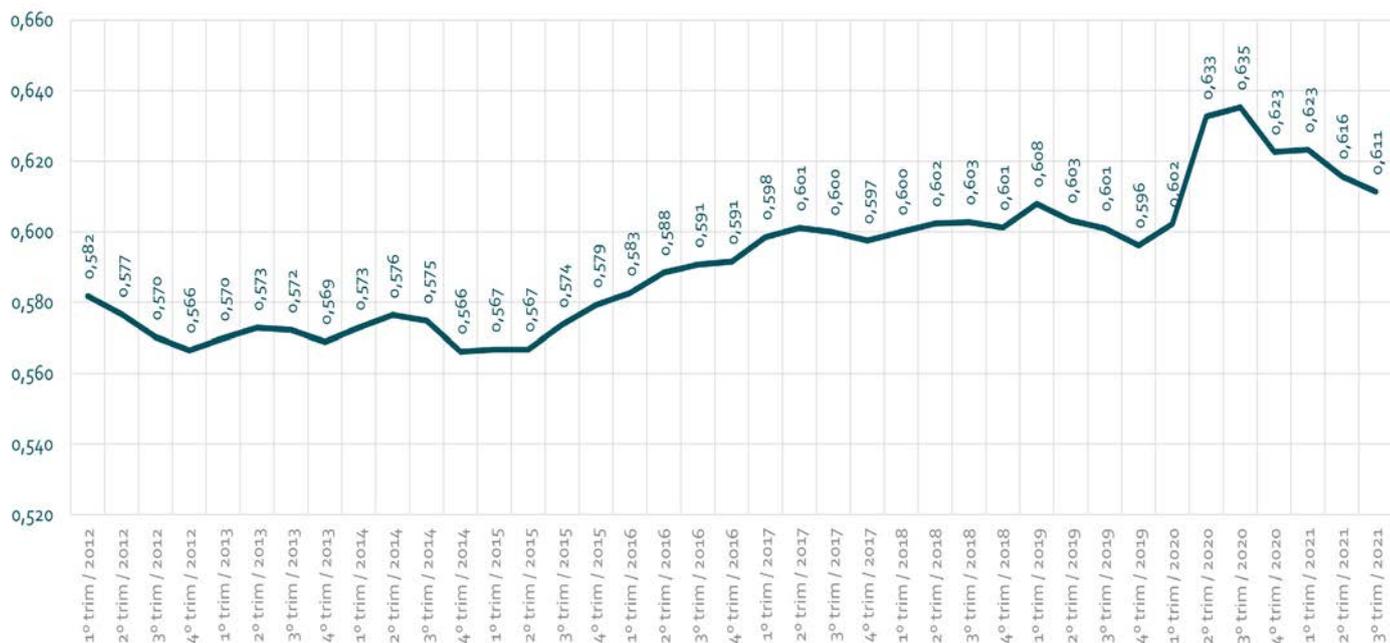


FIGURA 1: Evolução da média do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

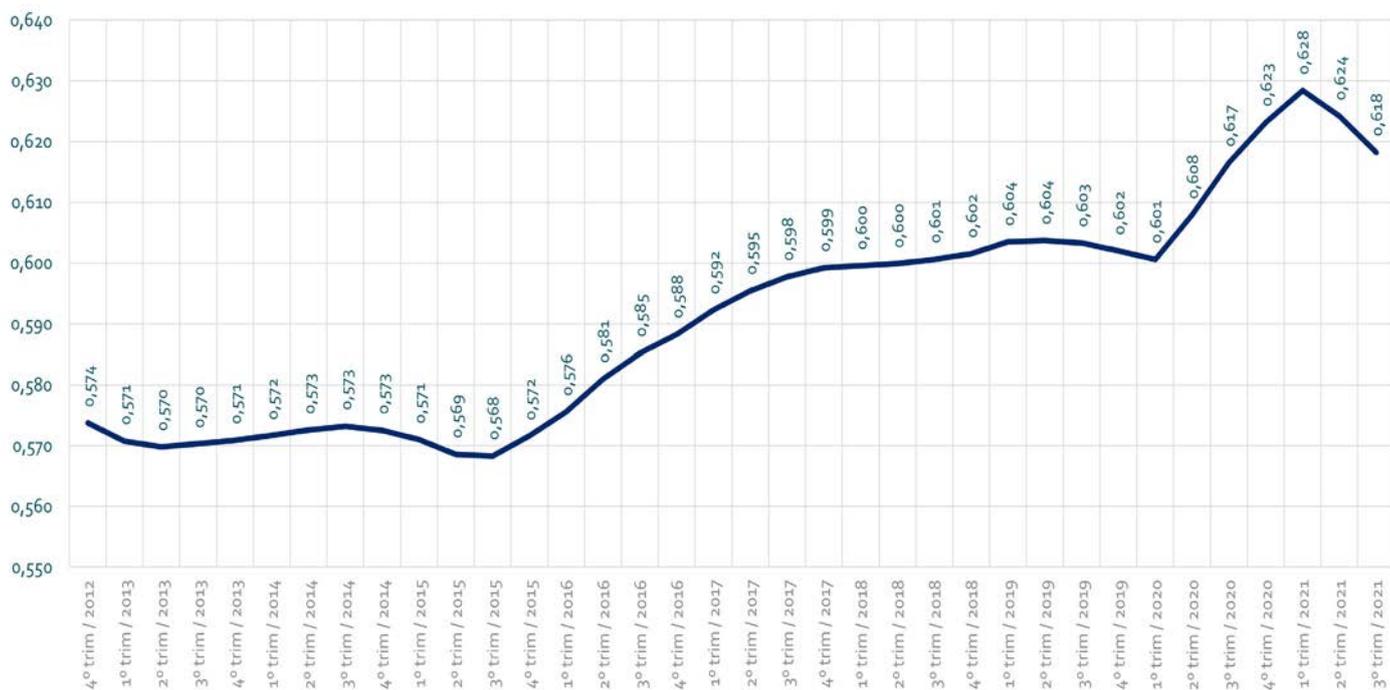


FIGURA 2: Evolução da média móvel do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

geográficas Norte, Nordeste⁵, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O objetivo deste conjunto de gráficos é expressar a tendência da evolução das desigualdades de cada uma das Regiões Metropolitanas ao longo da série histórica.

No começo da série histórica, no 4º trimestre de 2012, a Região Metropolitana de Manaus apresentava o maior nível de desigualdade medida pelo coeficiente de Gini entre as metrópoles da região Norte, seguida por Macapá e, por último, Belém. Apesar de alguns momentos de aproximação ou mesmo ultrapassagem do nível de desigualdades de Belém em relação à Macapá, aquelas posições permaneceram até o 3º trimestre de 2018, quando a Região Metropolitana de Belém ultrapassou o Gini da Região Metropolitana de Manaus. Essa tendência se aprofundou com a redução do Gini na Região Metropolitana de Manaus ao longo de 2021 e com sua elevação em Belém no mesmo período. No 3º trimestre de 2021 a Região Metropolitana de Belém apresentou o maior nível da média móvel do coeficiente de Gini da macrorregião [0,657], seguida pela Região Metropolitana de Manaus [0,607] e, por último, a Região Metropolitana de Macapá [0,583].

As Regiões Metropolitanas da região Nordeste I

5 Em função do grande número de regiões metropolitanas no Nordeste, e a fim de facilitar a visualização dos dados, decidimos por separá-los em dois gráficos distintos.

apresentaram trajetórias muito semelhantes ao longo da série histórica, com exceção da Região Metropolitana da Grande São Luís, que entre 2014 e 2017 registrou um patamar menos elevado de desigualdade. Entre o quarto trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2021 todas as Regiões Metropolitanas apresentaram aumento no coeficiente de Gini, porém a ordem entre elas sofreu alteração. Durante o período pandêmico, as metrópoles que tiveram maiores elevações no coeficiente de Gini foram João Pessoa e Grande São Luís, mas que se reduziram parcialmente ao longo de 2021. No 3º trimestre de 2021 a Região Metropolitana de João Pessoa apresentou o maior nível da média móvel do coeficiente de Gini da macrorregião [0,699], seguida pelas Regiões Metropolitanas de Natal [0,646], Grande São Luís [0,613], Fortaleza [0,612] e Teresina [0,596].

As Regiões Metropolitanas da região Nordeste II também apresentaram trajetórias semelhantes ao longo da série histórica, apesar de certas oscilações entre um trimestre e outro. Ao longo do período da pandemia, as maiores elevações foram registradas nas Regiões Metropolitanas de Recife e Aracaju. Dessa forma, no trimestre atual o maior valor da média móvel é registrado em Recife [0,676], seguido de Aracaju [0,654], Maceió [0,651] e Salvador [0,636].

Na região Sudeste se nota elevação da desigualdade de renda no período, puxada principalmente pelo aumento das desigualdades nas Regiões Metropolitanas do Rio

de Janeiro e de São Paulo. Isso faz com que essas duas regiões metropolitanas se destaquem das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de Grande Vitória nos últimos anos. Nesta região geográfica se verifica a elevação acentuada da média móvel ao longo de 2020 em todas as metrópoles seguida de uma leve redução ou estabilidade no ano seguinte. Mantendo a ordem registrada desde o início de 2020, no trimestre atual a região metropolitana do Rio de Janeiro registrou o maior valor da média móvel da região [0,664] seguida das Regiões Metropolitanas de São Paulo [0,631], Grande Vitória [0,608] e Belo Horizonte [0,595].

A região Sul apresentou os menores níveis de desigualdade entre as regiões geográficas, de modo que a série histórica se manteve abaixo de 0,6 para as três Regiões Metropolitanas até 2020, quando esse patamar foi superado pela Região Metropolitana de Porto Alegre - que alcançou a média móvel do Gini de 0,631. No período da pandemia, a Região Metropolitana de Florianópolis registrou um grave aumento no coeficiente de Gini e registrou ainda valores muito superiores aos registrados em 2019. Apesar do aumento, essa metrópole não superou os valores registrados em Porto Alegre que no trimestre atual apresentou a maior média móvel da macrorregião [0,602], seguida das Regiões Metropolitanas de Florianópolis [0,573] e Curitiba [0,562].

Constatamos que a região Centro-Oeste apresentou

a maior disparidade interna entre suas Regiões Metropolitanas, com a distância no comportamento da desigualdade do Distrito Federal em relação às outras duas Regiões Metropolitanas. As Regiões Metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá e de Goiânia apresentaram índices mais baixos de desigualdade de renda, principalmente até 2016. Em 2020 a Região Metropolitana de Goiânia teve um elevado crescimento da desigualdade superando a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá que teve uma expressiva redução do coeficiente em 2021. Dessa forma, os valores das médias móveis do coeficiente de Gini para essas Regiões Metropolitanas foram: 0,621 para o Distrito Federal, 0,568 para Goiânia e 0,546 para o Vale do Rio Cuiabá.

Na figura 4, está exposta a média móvel de quatro trimestres do coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas e para o seu conjunto, observada no 3º trimestre de 2019, no 3º trimestre de 2020 e no 3º trimestre de 2021. Assim é possível comparar para o mesmo período do ano a situação anterior à pandemia da Covid-19 (3º trim/2019), durante o período mais grave da pandemia (3º trim/2020) e a situação atual (3º trim/2021). **É importante destacar que se trata de uma média móvel, e que, portanto, os dados são relativos ao trimestre em questão e aos 3 trimestres que o antecedem. Desse modo, os dados concernentes ao 3º trimestre de 2020 incluem dois trimestres anteriores aos efeitos da pandemia (4º**

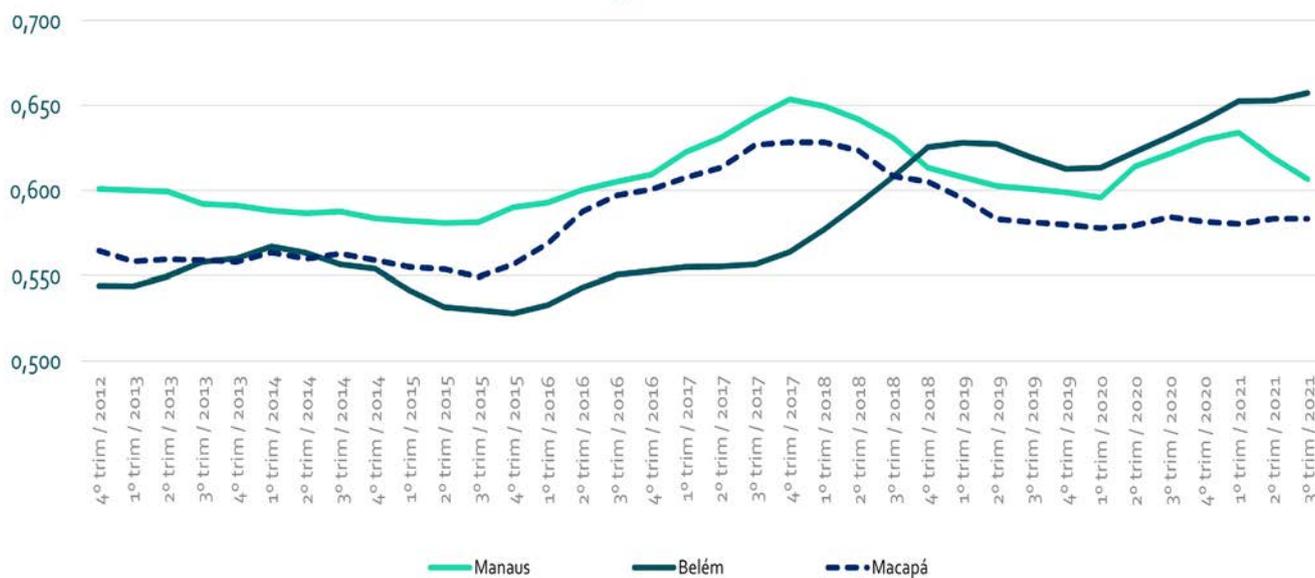
trimestre de 2019 e 1º trimestre de 2020) e dois trimestres onde os efeitos da pandemia foram muito agudos (2º trimestre de 2020 e 3º trimestre de 2020). Por conseguinte, é necessário cautela na interpretação dos dados das médias móveis para o 3º trimestre de 2020.

Na comparação entre os três períodos, a desigualdade de renda apresentou um aumento de 2,2% entre os 3º trimestres de 2019 e 2020 seguida de outro ligeiro aumento, de 0,3%, no ano seguinte na média das Regiões Metropolitanas, indicando uma estabilidade nos valores do Coeficiente de Gini ao longo do último ano. Embora o comportamento no 3º trimestre tenha variado entre as metrópoles, o padrão de crescimento entre 2019 e 2021 se verificou na maioria das Regiões, com as maiores elevações sendo registradas nas regiões metropolitanas de Florianópolis [11,4%], Rio de Janeiro [6,4%] e Goiânia [6,4%]. As exceções, isto é, regiões em que foi registrado redução do índice no período posterior e anterior à pandemia, foram Teresina, Fortaleza, Salvador e Vale do Rio Cuiabá. Dessa forma, os dados indicam que apesar da tendência de redução das desigualdades ao longo dos últimos trimestres, em geral ainda estamos distantes do patamar anterior à pandemia.

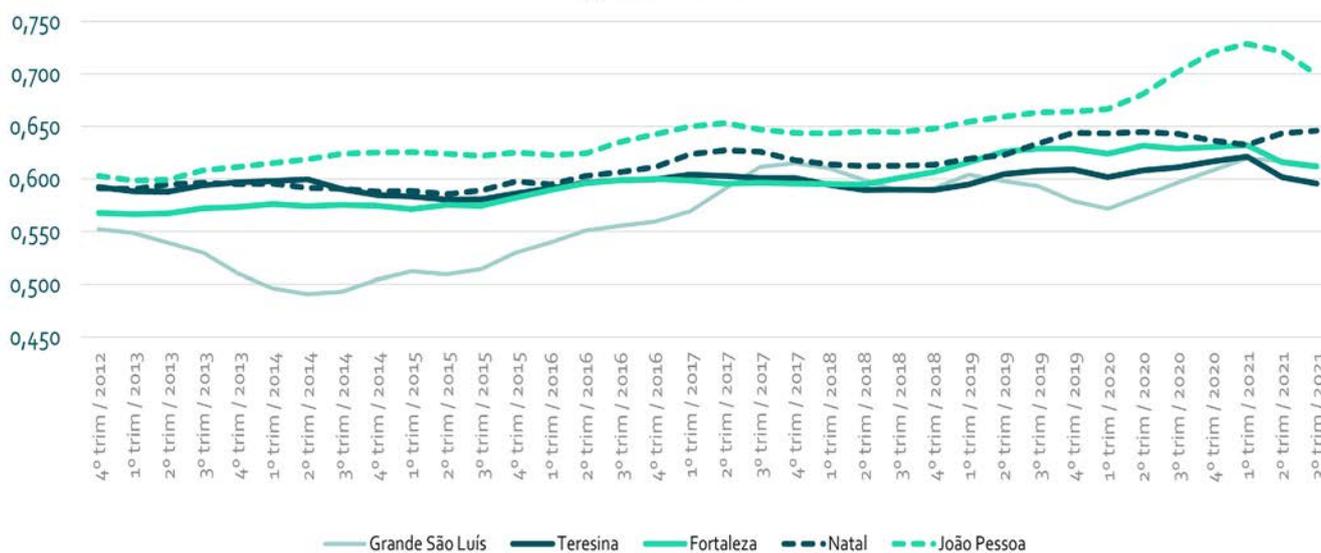
As cinco metrópoles mais desiguais no 3º trimestre de 2021 foram, em ordem decrescente de desigualdade de renda: João Pessoa [0,699], Recife [0,676], Rio de Janeiro

[0,664], Belém [0,657] e Aracaju [0,654]. Já as cinco metrópoles menos desiguais, em ordem decrescente de desigualdade de renda, foram as seguintes: Macapá [0,583], Florianópolis [0,573], Goiânia [0,568], Curitiba [0,562] e Vale do Rio Cuiabá [0,546].

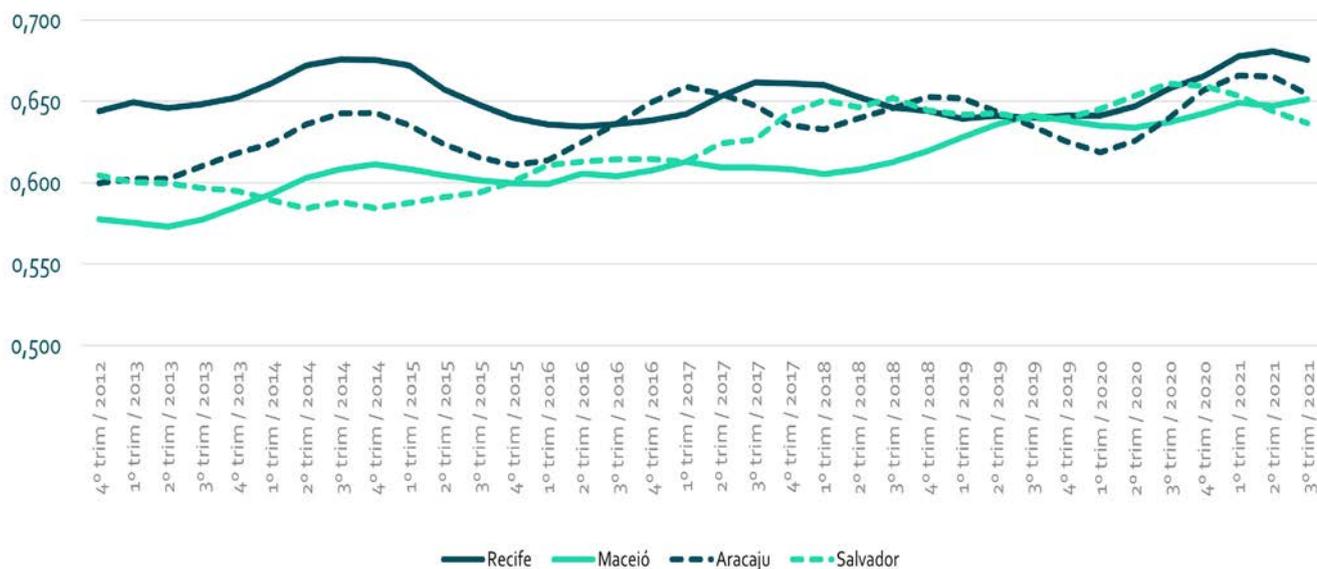
Região Norte



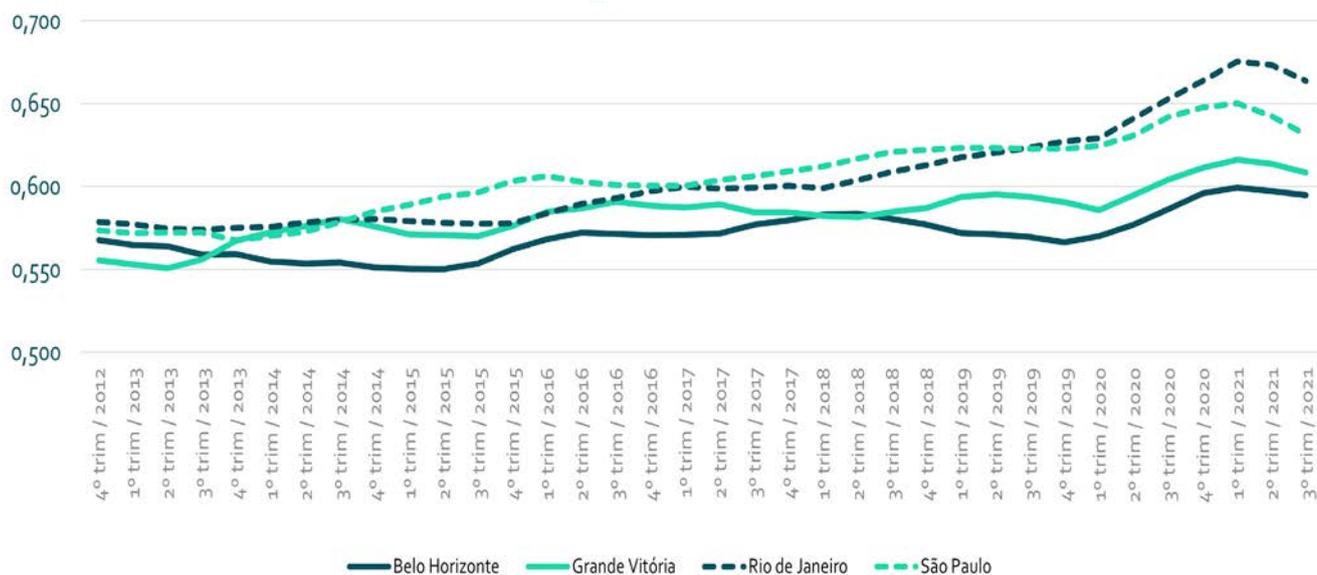
Região Nordeste I



Região Nordeste II



Região Sudeste



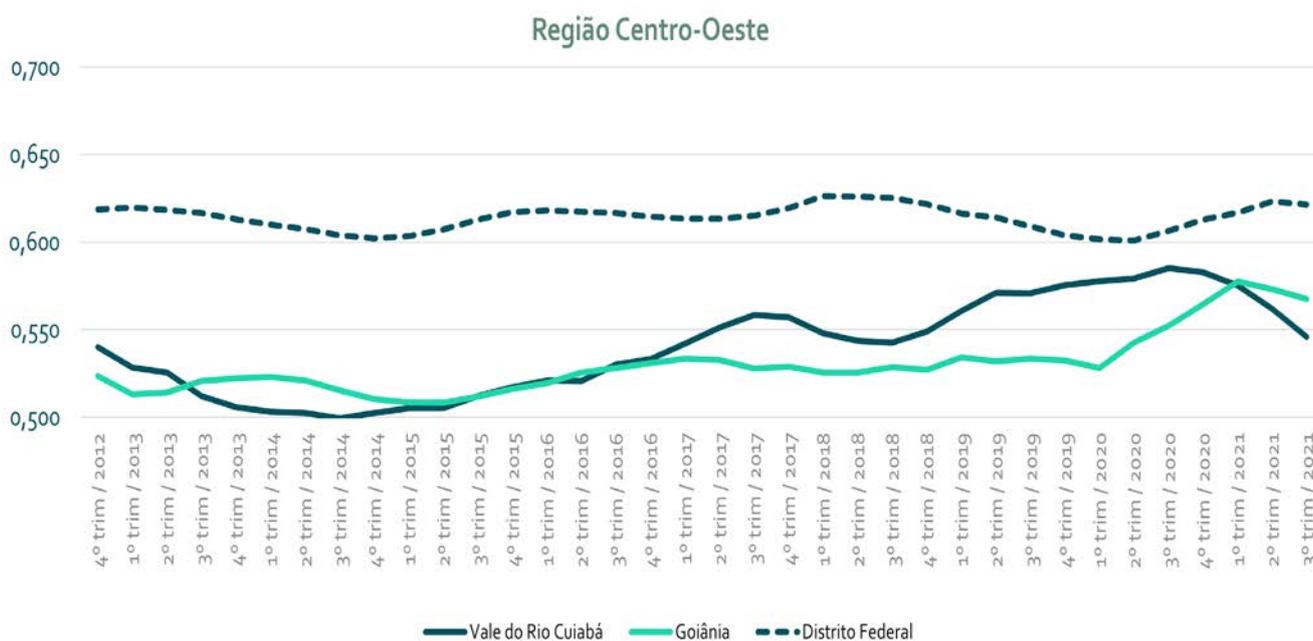
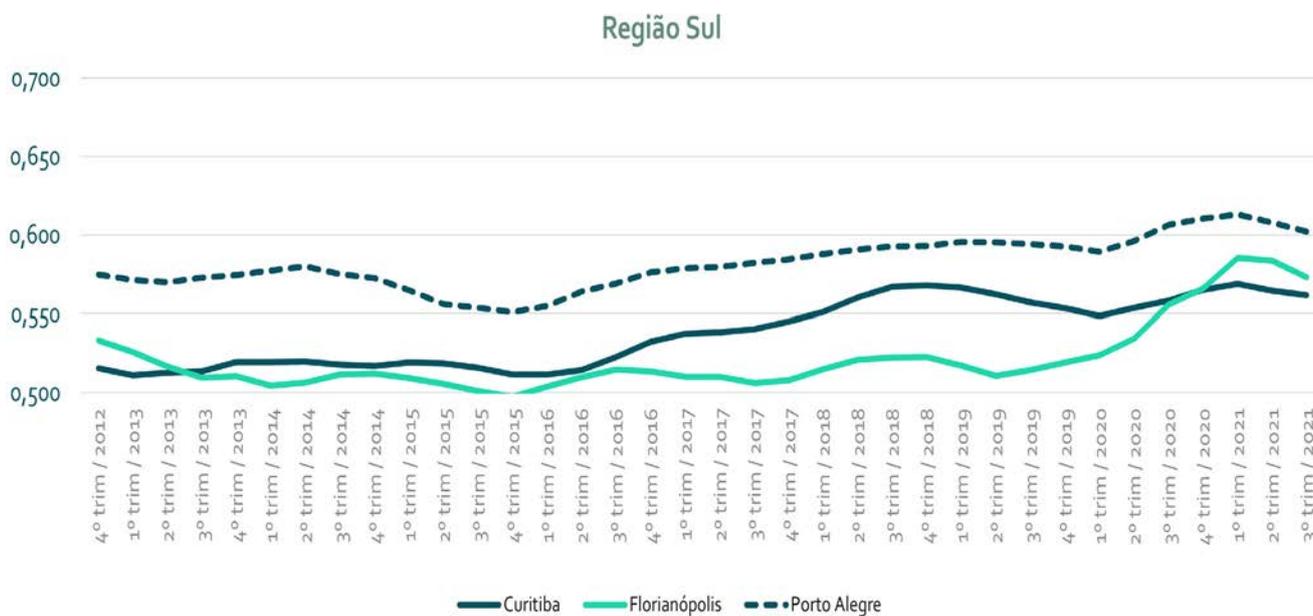


FIGURA 3: Evolução do coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas por Região Geográfica (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

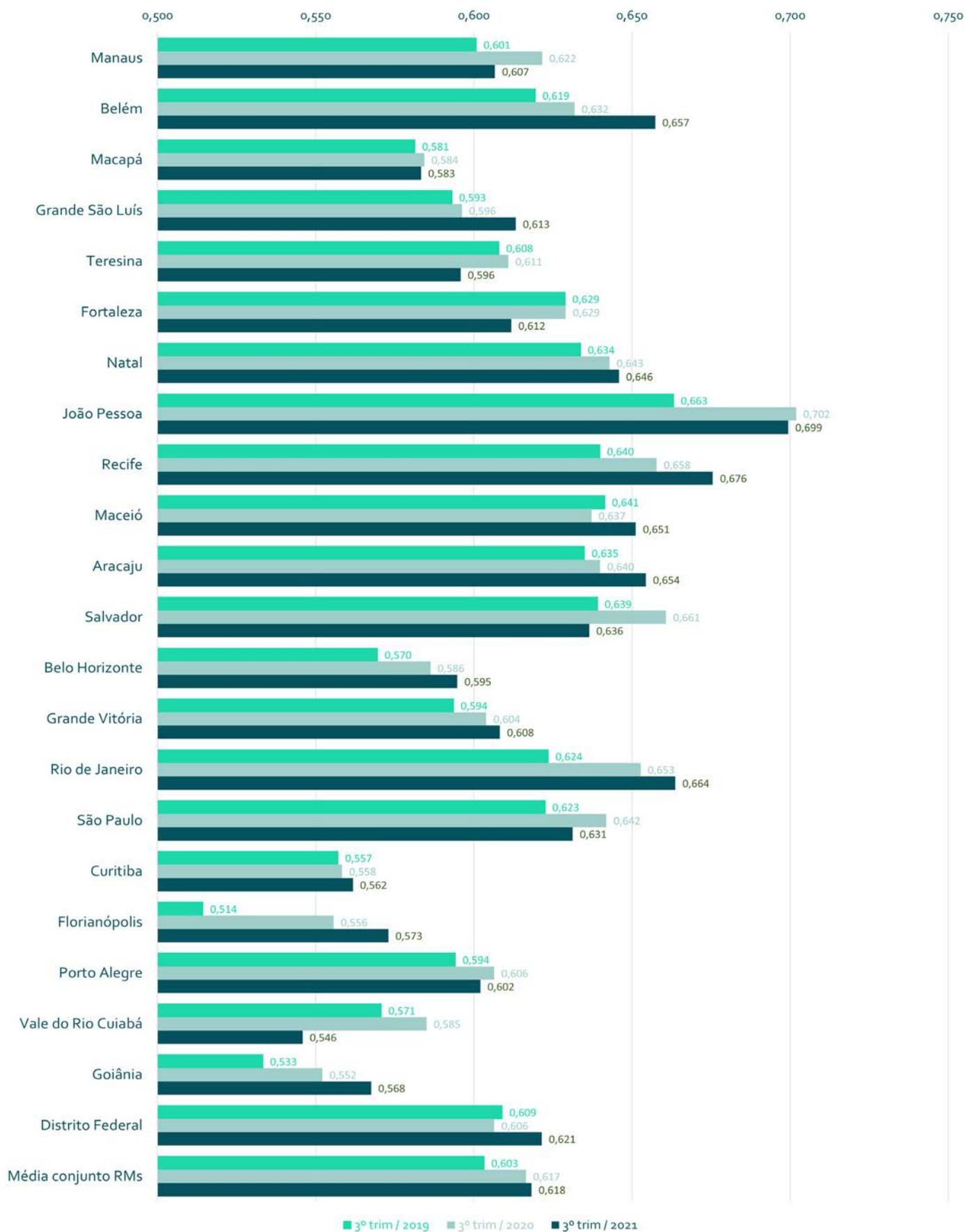


FIGURA 4: Coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda:⁶ os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade de uma distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social.

Na figura 5 está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das Regiões Metropolitanas. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, se reduziu entre 2014 e 2017 e cresceu novamente entre 2017 e 2019, quando começou a

cair e passou a sofrer uma queda brusca em 2020, principalmente entre o 1º e 2º trimestres – como efeito da pandemia. Nos quatro trimestres seguintes se verificou um padrão de estabilidade com a média de rendimentos fluando em torno de R\$1.370. Contudo, no trimestre mais recente se registrou uma queda para R\$1.353,90, o menor valor registrado na série histórica. Dessa forma, a queda da renda nos últimos 7 trimestres (desde o 4º trimestre de 2019) mais do que reverteu os ganhos obtidos desde 2012.

Na figura 6 está exposta a média móvel da média da renda domiciliar per capita para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil e para o seu conjunto nos 3º trimestres de 2019, 2020 e 2021. Para o conjunto das regiões metropolitanas, a renda domiciliar per capita teve uma queda de 2,6% entre o 3º trimestre de 2019 e o mesmo trimestre de 2020 e uma queda de 5,1% entre o 3º trimestre de 2020 e o mesmo trimestre de 2021, consolidando uma queda de 7,6% ao longo de dois anos, a maior da série histórica. Apenas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Macapá, Aracaju, Rio de Janeiro e Florianópolis a renda média domiciliar per capita no 3º trimestre de 2021 foi superior à renda registrada no 3º trimestre de 2019. No restante, embora se registrem comportamentos distintos no 3º trimestre de 2020, se verificaram quedas no rendimento no período de dois anos. Essa queda foi mais elevada nas Regiões Metropolitanas de Salvador [-20,8%],

6 Definidos a partir das informações de rendimento domiciliar per capita do trabalho para cada uma das RMs, separadamente.

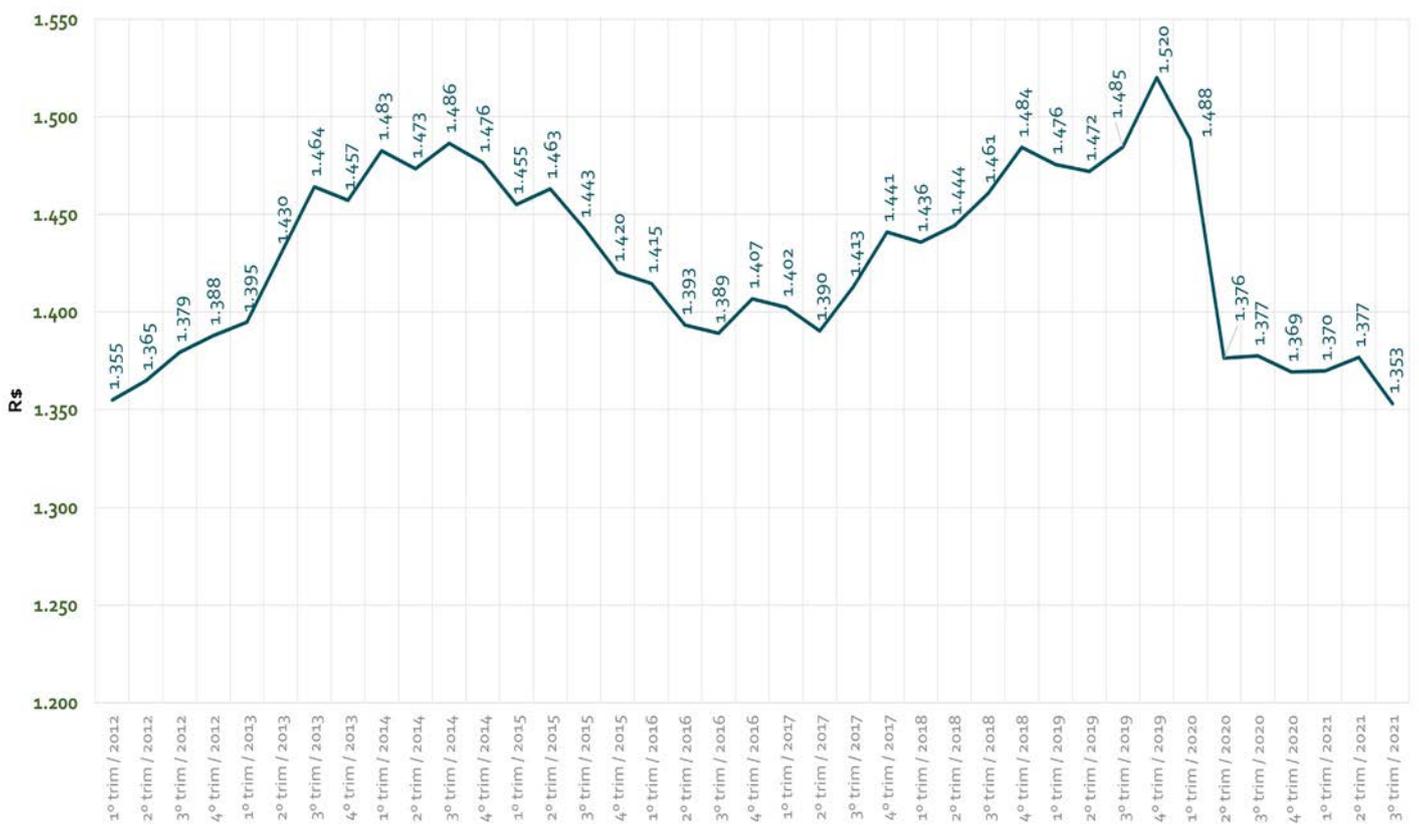


FIGURA 5: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

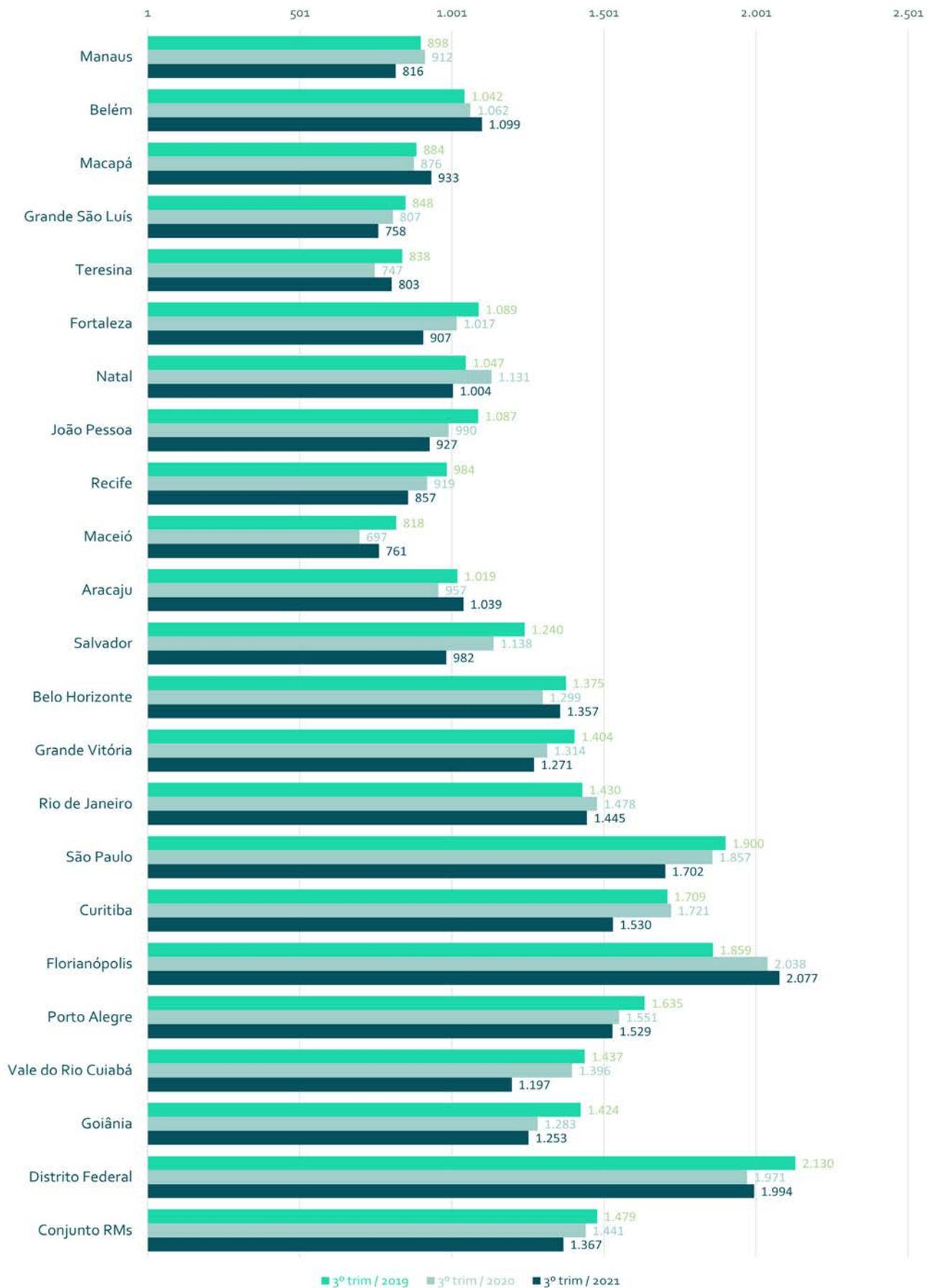


FIGURA 6: Média da renda domiciliar per capita* - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

Fortaleza [-16,7%], Vale do Rio Cuiabá [-16,7%], João Pessoa [-14,7%] e Recife [-13,0%].

Na comparação macrorregional brasileira, as Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média domiciliar per capita no 3º trimestre de 2021 foram aquelas situadas nas regiões Norte e Nordeste. Todas elas apresentaram nível de renda média domiciliar per capita abaixo da média do conjunto das Regiões Metropolitanas. Em ordem crescente, as cinco Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média foram: Grande São Luís [R\$ 758,28], Maceió [R\$ 760,90], Teresina [R\$802,79], Manaus [R\$ 815,88] e Recife [R\$ 856,89]. As Regiões Metropolitanas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, situando-se acima da média do conjunto das metrópoles, foram, em ordem decrescente, Florianópolis [R\$ 2.077,43], Distrito Federal [R\$ 1.994,15], São Paulo [R\$ 1.702,04], Curitiba [R\$ 1.530,03] e Porto Alegre [R\$ 1.528,93].

Na figura 7 está exposto o rendimento médio per capita segundo os estratos de renda dos 40% da base da distribuição, dos 50% intermediários e dos 10% do topo, para o conjunto das Regiões Metropolitanas, nos 3º trimestres de 2019, 2020 e 2021. No período, observamos que os estratos das pessoas mais pobres e intermediário de renda tiveram queda do rendimento médio per capita no primeiro ano, e um aumento no ano seguinte. No entanto, esse aumento foi inferior à queda

registrada anteriormente, consolidando uma redução no período de dois anos, alcançando respectivamente os valores de R\$ 213 e R\$ 1.282 de rendimento médio. Já para o estrato mais rico, o padrão foi de queda nos dois momentos, chegando ao rendimento médio de R\$ 6.411.

Na Figura 8 temos a variação relativa do rendimento médio per capita de todos os trimestres ao longo do período pandêmico – do 2º trimestre de 2020 ao 3º trimestre de 2021 – em relação ao 1º trimestre de 2020, aquele imediatamente anterior à crise sanitária, segundo os estratos de renda. Apesar de todos os estratos de renda terem apresentado perdas na renda média ao longo dos últimos trimestres, aqueles que mais perderam foram os que têm os menores rendimentos médios, os 40% mais pobres. No terceiro trimestre de 2020 a renda média do estrato mais baixo era 32% menor do que a encontrada no último trimestre antes da pandemia (1º trim/2020). Desde então a média de renda deste estrato vem se recuperando vagarosamente, de modo que no 3º trimestre de 2021 seus rendimentos médios ainda eram 16,1% menores em relação ao patamar imediatamente anterior à pandemia.

O estrato dos 50% intermediários da distribuição de renda apresentou perdas relativas em relação ao 1º trimestre de 2020 em patamares que variaram de -4,9% (2º trimestre de 2021) até -7,3% (3º trimestre de 2020). Já entre os 10% mais ricos se registrou perdas

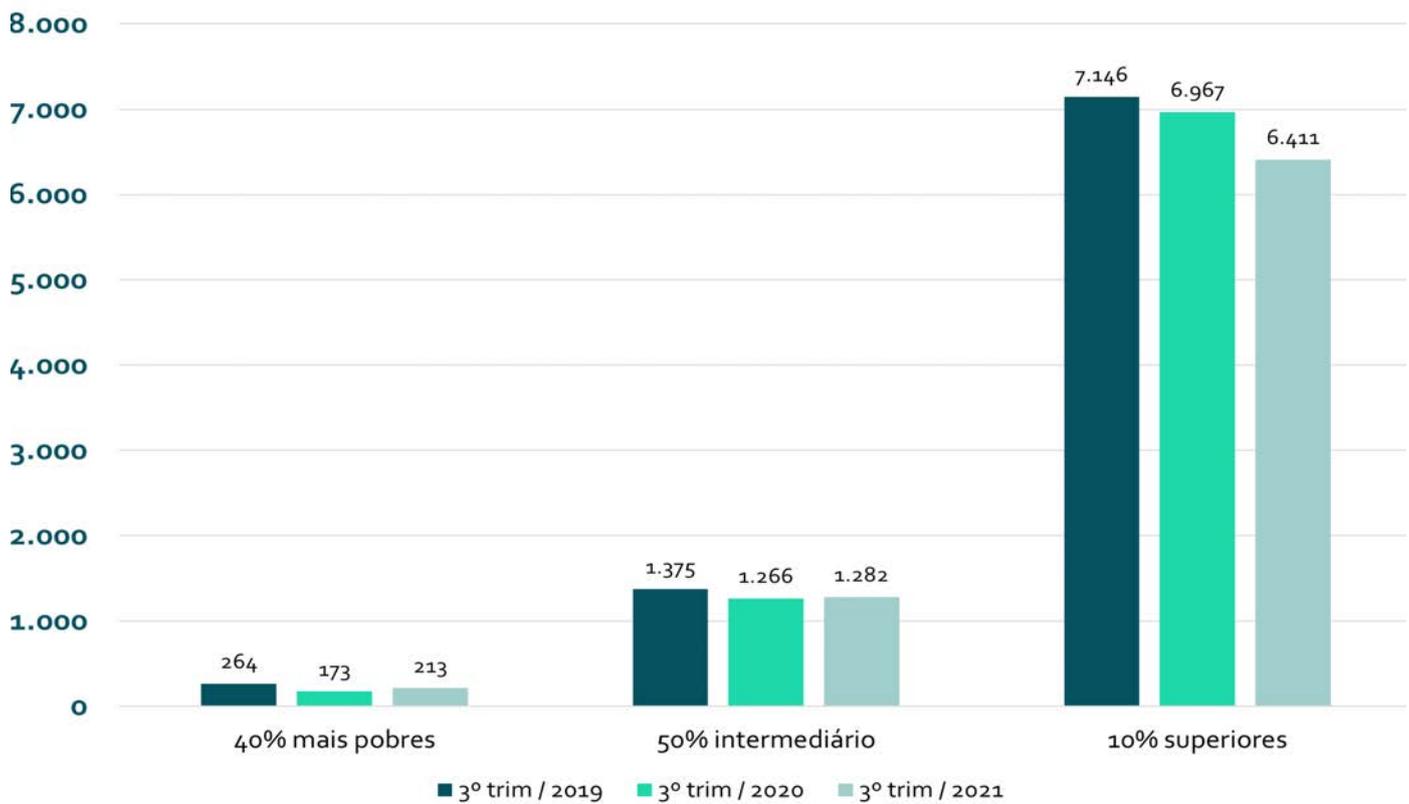


FIGURA 7: Média de rendimentos* por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

relativas que variaram de -2,4% (3º trimestre de 2020) até -10,2% (3º trimestre de 2021). Se nos primeiros trimestres da pandemia os mais ricos apresentaram perdas relativas pequenas, um ano depois esse estrato de renda passa também a sentir de modo mais intenso a redução no seu nível de rendimento médio, mas ainda muito distante das perdas relativas dos mais pobres. Portanto, apesar de serem registradas perdas em todos os estratos de renda ao longo da pandemia, essas foram muito superiores para os mais pobres.

Portanto, há algumas diferenças marcantes entre o que ocorreu nos primeiros e nos últimos trimestres da pandemia. Enquanto entre 2019 e 2020 os mais pobres sofreram uma queda brutal em seus rendimentos, muito superior ao que ocorrera com os mais ricos, entre 2020 e 2021 essa tendência se reverte. Por um lado, a renda dos mais pobres vem se recuperando, ainda que esteja longe de alcançar o patamar pré-pandemia; por outro lado, a renda dos mais ricos vem sofrendo uma queda substantiva. Por exemplo, entre 2019 e 2020 a renda dos 40% mais pobres no conjunto das metrópoles caiu 34%, enquanto a renda dos mais ricos teve redução de somente 2,5%. Já entre 2020 e 2021 o quadro se inverte, com o aumento de 23% na renda dos mais pobres, e redução de 8% da renda dos mais ricos. Essa perda relativa do rendimento dos mais ricos, combinada com a elevação relativa dos rendimentos dos mais pobres, explica a diminuição da desigualdade de renda junto à redução do rendimento médio registrada no trimestre mais recente.⁷

7 Na figura A1, em anexo, vemos que um movimento muito similar tem ocorrido para o Brasil como um todo.

Na figura 9 podemos observar que, na maior parte das Regiões Metropolitanas, a média móvel do rendimento médio dos 40% mais pobres foi menor no 3º trimestre de 2021 em relação ao mesmo trimestre de 2019, com exceção de Macapá. E na comparação do 3º trimestre de 2021 com o mesmo trimestre de 2020, a tendência também foi de queda do rendimento médio per capita dos 40% da base da distribuição, com exceção de Macapá, Teresina, João Pessoa, Maceió e Aracaju. Assim, com algumas exceções, o quadro geral é de grande redução do rendimento dos mais pobres entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020, e de uma redução menor entre os 3º trimestres de 2020 e de 2021. Lembramos, no entanto, que a média móvel do 3º trimestre de 2020 inclui dois trimestres anteriores aos efeitos da pandemia no país.

Em relação às diferenças macrorregionais brasileiras, ao considerar o rendimento médio per capita dos 40% mais pobres, observa-se que todas as metrópoles das regiões Norte e Nordeste estão abaixo da média do Conjunto das Regiões Metropolitanas, assim como a metrópole do Rio de Janeiro. As cinco Regiões Metropolitanas com os menores rendimentos nesse estrato de renda, em ordem crescente, eram: Recife [R\$ 85], João Pessoa [R\$ 90], Maceió [R\$ 92], Natal [R\$ 113] e Salvador [R\$ 116]. As demais Regiões Metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram rendimento médio acima do Conjunto das Regiões Metropolitanas. Aquelas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, em ordem decrescente, foram: Florianópolis [R\$ 398], Curitiba [R\$ 323], Distrito Federal [R\$ 299], Vale do Rio Cuiabá [R\$ 279] e Goiânia [R\$ 253].

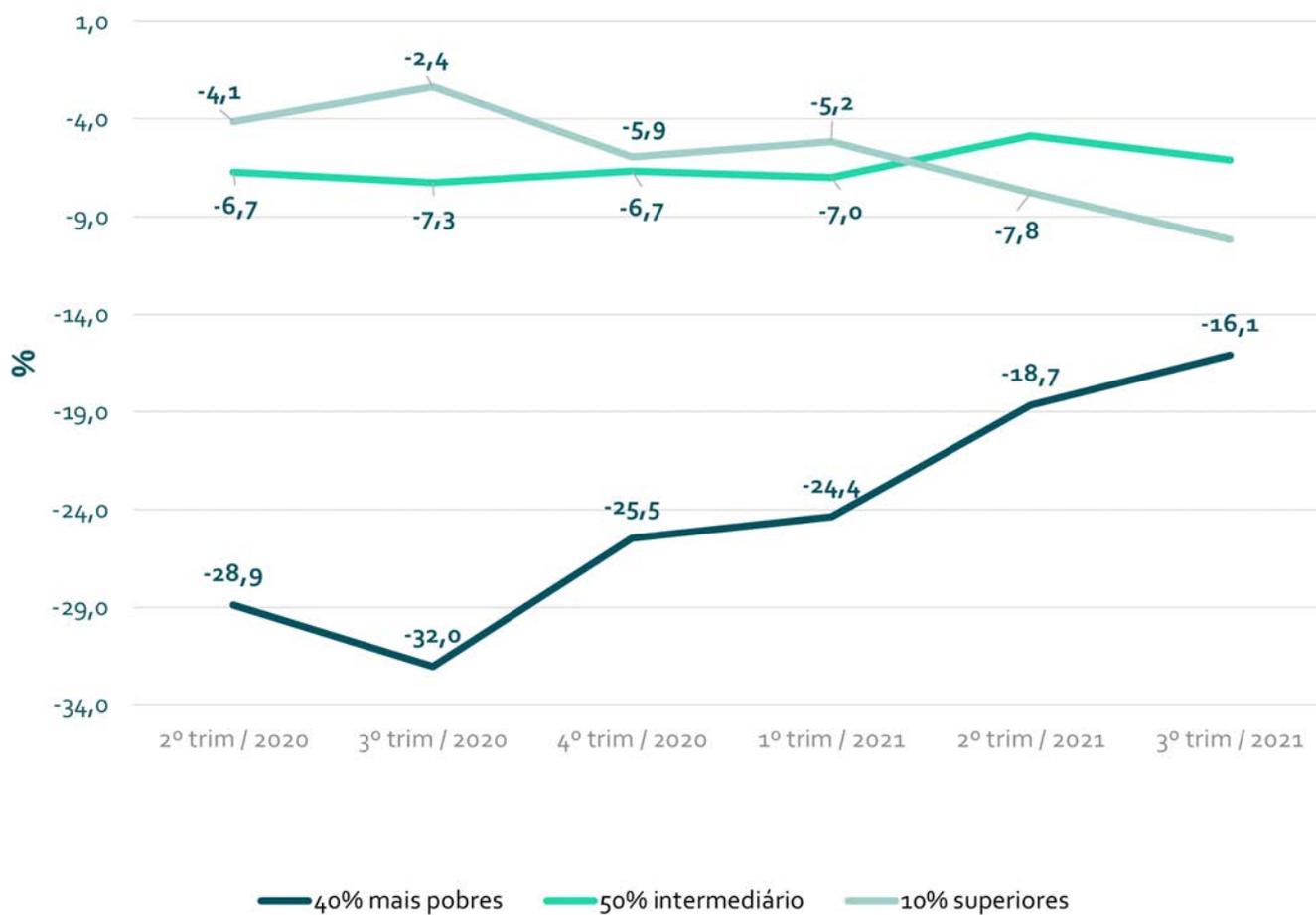


FIGURA 8: Perdas relativas na média de rendimentos* em relação ao valor encontrado no 1º trimestre de 2020, por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

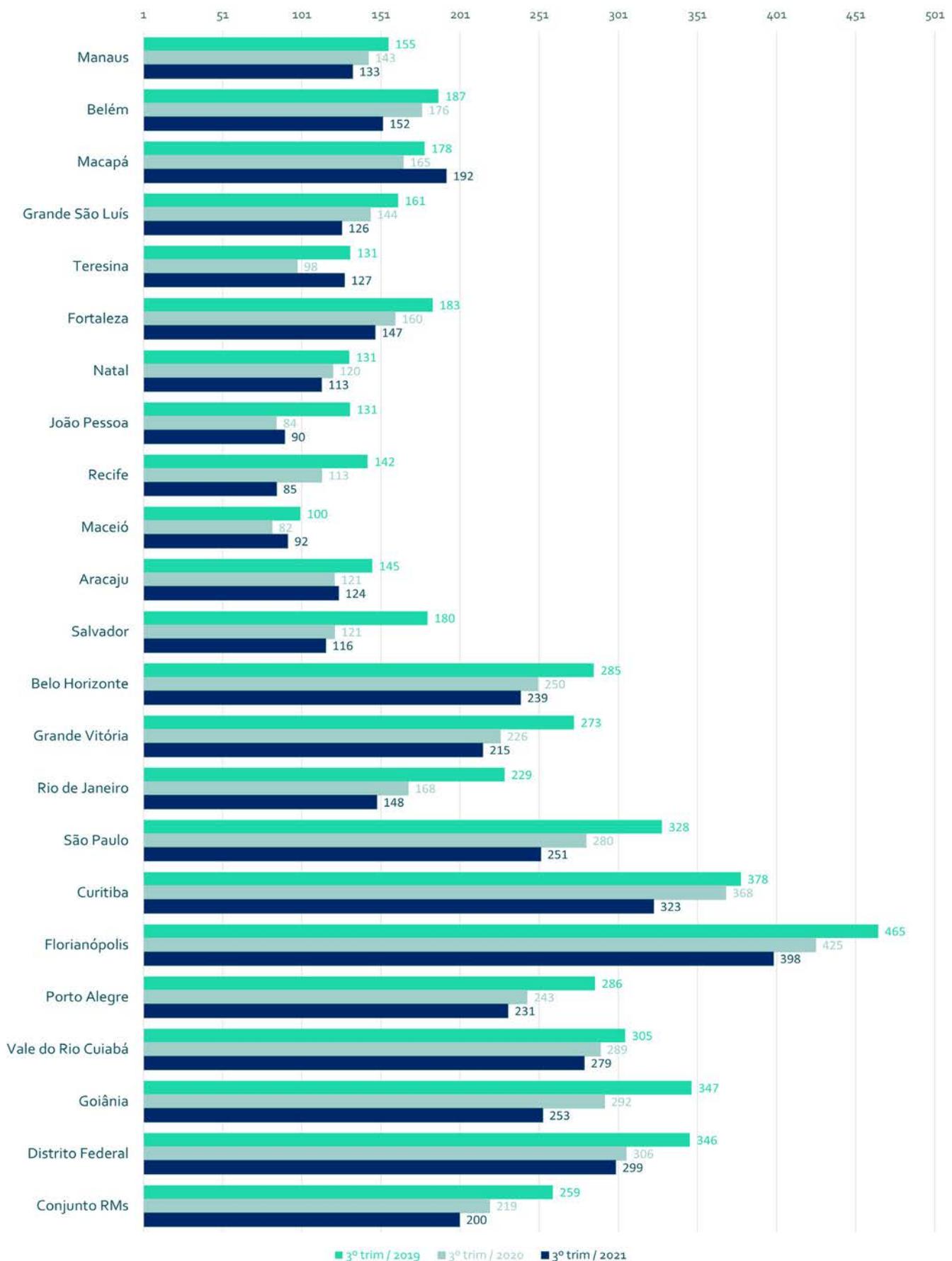


FIGURA 9: Média móvel (4 trimestres) de rendimentos* dos 40% mais pobres – Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

A evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), para o Conjunto das Regiões Metropolitanas, está plotada na figura 10⁸. Apesar de alguma oscilação no começo da série histórica, no 1º trimestre de 2012 essa razão era de 21,0, alcançando a razão de 21,7 no 3º trimestre de 2015. Isso significa que nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 21,7 vezes mais do que a população da base da distribuição. A partir do 3º trimestre de 2015 passou a ocorrer elevação suave e contínua da razão de rendimento até o 1º trimestre de 2019, quando essa razão voltou a se estabilizar, porém em patamar mais elevado - nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 27,2 vezes mais que a população da base da distribuição.

Do 1º trimestre de 2020 até o último trimestre do ano a razão de rendimento passou a se elevar novamente, mas de maneira muito abrupta - a razão no começo de 2020 era de 27,4 e alcançou o patamar de 37,2 no 1º trimestre de 2021. Nos três trimestres de 2021 essa razão de rendimentos teve uma suave redução, mas com valor superior ao do 3º trimestre de 2020. Isso demonstra que, apesar de todos os estratos de renda terem perdido

rendimento nos últimos trimestres no ano de 2020, a ampliação da desigualdade anteriormente observada pelo coeficiente de Gini decorreu de perdas muito mais acentuadas para o estrato de menor renda - os 40% da base da distribuição - e que a redução nas desigualdades registradas no último trimestre ainda é muito pequena comparada ao crescimento ocorrido ao longo de 2020.

Na figura 11 são apresentadas as razões de rendimento entre os 10% do topo da distribuição e os 40% da base da distribuição para cada uma das regiões metropolitanas brasileiras nos 3º trimestres de 2019, 2020 e 2021. Para o Conjunto das Regiões Metropolitanas ocorreu uma grande elevação da razão de rendimento entre 2020 e 2021, seguido de um aumento menor entre 2020 e 2021, chegando a uma razão de rendimentos de 33,1. Isso significa que os 10% do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 33,1 vezes mais que os 40% da base da distribuição.

A variação entre os 3º trimestres de 2019 e 2021 foi de aumento da razão de rendimentos na maioria das metrópoles, apontando para a elevação da desigualdade de renda no período da pandemia. Se destacam a elevação dessa razão em Recife e no Rio de Janeiro, em que os 10% mais ricos tiveram, respectivamente, rendimentos 55,1 e 49,7 vezes superiores do que aos 40% mais pobres, um crescimento de mais de 150% do que o registrado dois anos antes.

As cinco Regiões Metropolitanas com as maiores

8 A fim de garantir maior estabilidade na medida, utilizamos as médias móveis (4 trimestres) para o cálculo da razão de rendimentos.

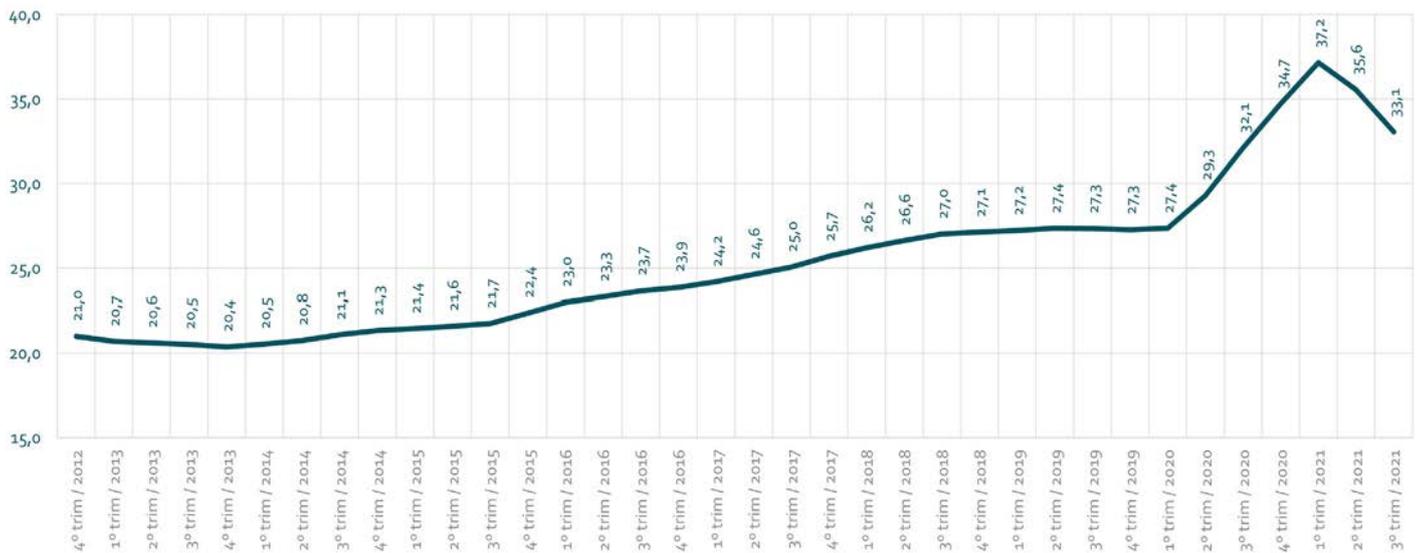


FIGURA 10: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

razões de rendimento no 3º trimestre de 2021 foram, em ordem decrescente, João Pessoa [59,9], Recife [55,1], Rio de Janeiro [49,7], Natal [45,5] e Aracaju [42,9]. No extremo oposto, as Regiões Metropolitanas em que a razão de rendimentos no 3º trimestre de 2021 apresentavam os menores níveis eram, em ordem decrescente, Florianópolis [22,4], Macapá [21,6], Goiânia [21,2], Curitiba [19,9] e Vale do Rio Cuiabá [17,9].

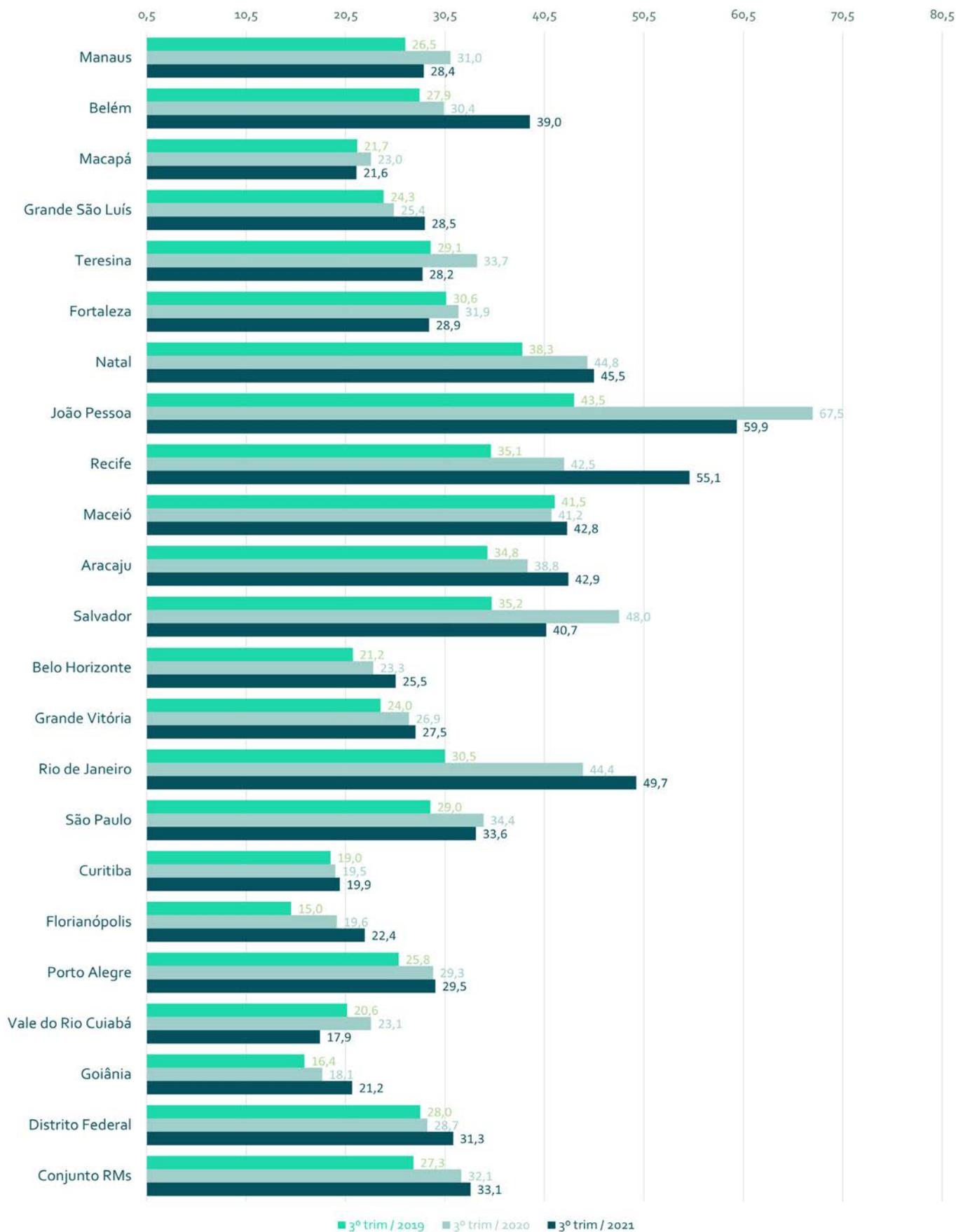


FIGURA 11: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

04 RENDIMENTOS ABAIXO DE ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO

Nesta seção são apresentados os dados relativos à parcela da população que tem rendimentos abaixo de um quarto do salário mínimo. Assim, buscamos mensurar a parcela da população sujeita à situação de vulnerabilidade e que vive com rendimentos que podem ser considerados muito baixos. A população nessas condições é constituída pelo conjunto dos indivíduos vivendo em domicílios com rendimento do trabalho per capita inferior a um quarto do salário mínimo. Tomamos como referência o valor do salário-mínimo de cada trimestre/ano, tendo este valor sido corrigido pelo mesmo deflator de preços que aplicamos aos rendimentos.

Na figura 12 está exposta a evolução do percentual de indivíduos com renda de até ¼ do salário-mínimo para o Conjunto das Regiões Metropolitanas. Se percebe que entre o 1º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2015 essa taxa flutuou entre 18% e 20% com pequenas variações, mas mantendo certa estabilidade. Entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2019 essa taxa sofreu pequenas elevações, chegando a um patamar um pouco mais elevado, flutuando entre 22% e 24%. A partir do 1º trimestre de 2020, aquela taxa sofreu um crescimento expressivo, chegando ao valor mais alto da série história, 29,7% no 3º trimestre de 2020, se estabilizando em cerca de 28%, nos dois trimestres seguintes, mas apresentando uma leve redução no 2º e no 3º trimestre de 2021, quando alcançou a taxa

de 25,3%. Isso significa que 25,3% dos moradores de nossas metrópoles estão em domicílios cuja renda média per capita é de até ¼ do salário-mínimo.

Em termos absolutos, no 1º trimestre de 2020 tínhamos 19,3 milhões de pessoas abaixo desse nível de rendimentos em nossas metrópoles. Essa cifra sobe abruptamente para 24,6 milhões no 3º trimestre de 2020. E no 3º trimestre de 2021 se reduz para 21,1 milhões de pessoas.

Na figura 13 estão apresentadas as médias móveis do percentual de indivíduos vivendo em domicílio com rendimento per capita de até ¼ do salário-mínimo, para cada uma das Regiões Metropolitanas, nos 3º trimestres de 2019, 2020 e 2021. Assim como os outros indicadores de desigualdade de renda, no conjunto das regiões metropolitanas foi registrado aumento elevado entre 2019 e 2020 seguido de um aumento inferior no período seguinte, entre o 3º trimestre de 2020 e de 2021. Lembremos, no entanto, que a média móvel do 3º trimestre de 2020 inclui dois trimestres anteriores à pandemia, e que por isso é preferível a comparação entre 2019 (antes da pandemia) e 2021 (após a chegada da pandemia).

A taxa de pessoas vivendo com rendimentos inferiores a ¼ do salário-mínimo se manteve mais elevada nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste e mais baixa nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste (com

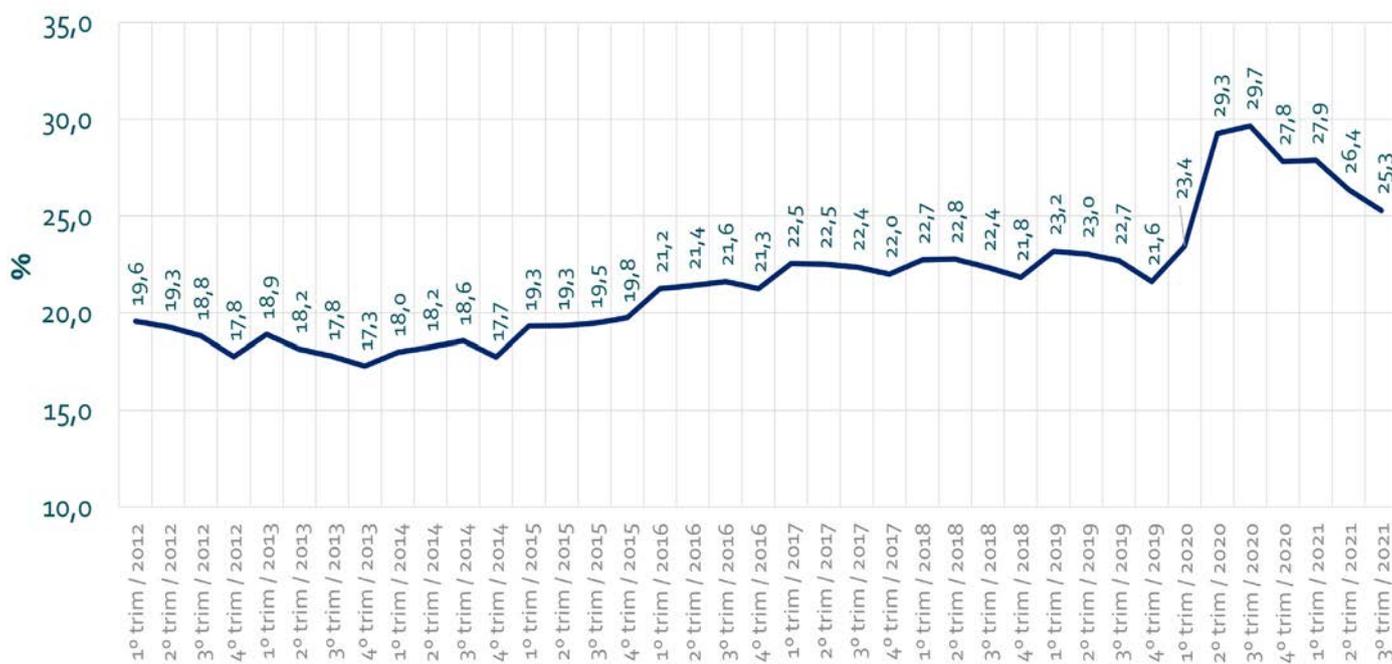


FIGURA 12: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo- Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

exceção da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e Centro-Oeste.

Os maiores percentuais de indivíduos vivendo em domicílios com rendimento per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo no 3º trimestre de 2021 foram registradas nas Regiões Metropolitanas de João Pessoa [41,5%], Maceió [41,0%], Recife [40,4%], Grande São Luís [37,9%] e Manaus [36,4%], todas Regiões Metropolitanas do Nordeste ou do Norte. No outro extremo, as Regiões Metropolitanas que registraram as menores taxas foram, em ordem decrescente, Goiânia [20,9%], Vale do Rio Cuiabá [19,4%], Distrito Federal [19,3%], Florianópolis [17,8%] e Curitiba [16,8%].

Além disso, se verifica que essas taxas são superiores as registradas antes da pandemia, no 3º trimestre de 2019, para quase todas as regiões metropolitanas, com a exceção de Macapá e Teresina, ou seja, em que pese a redução da parcela de brasileiros vivendo com rendimentos inferiores a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo em relação aos momentos mais graves da pandemia, a situação relativa à vulnerabilidade ainda não apresentou recuperação suficiente para superar a piora nos indicadores. Para o Conjunto das Metrôpoles, a elevação no período de dois anos, entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2021, foi de 18,3% e as Regiões Metropolitanas em que se observaram os maiores aumentos foram Goiânia [39,1%], Florianópolis [29,6%], São Paulo [24,5%], Salvador [24,3%] e Rio de Janeiro [24,0%].

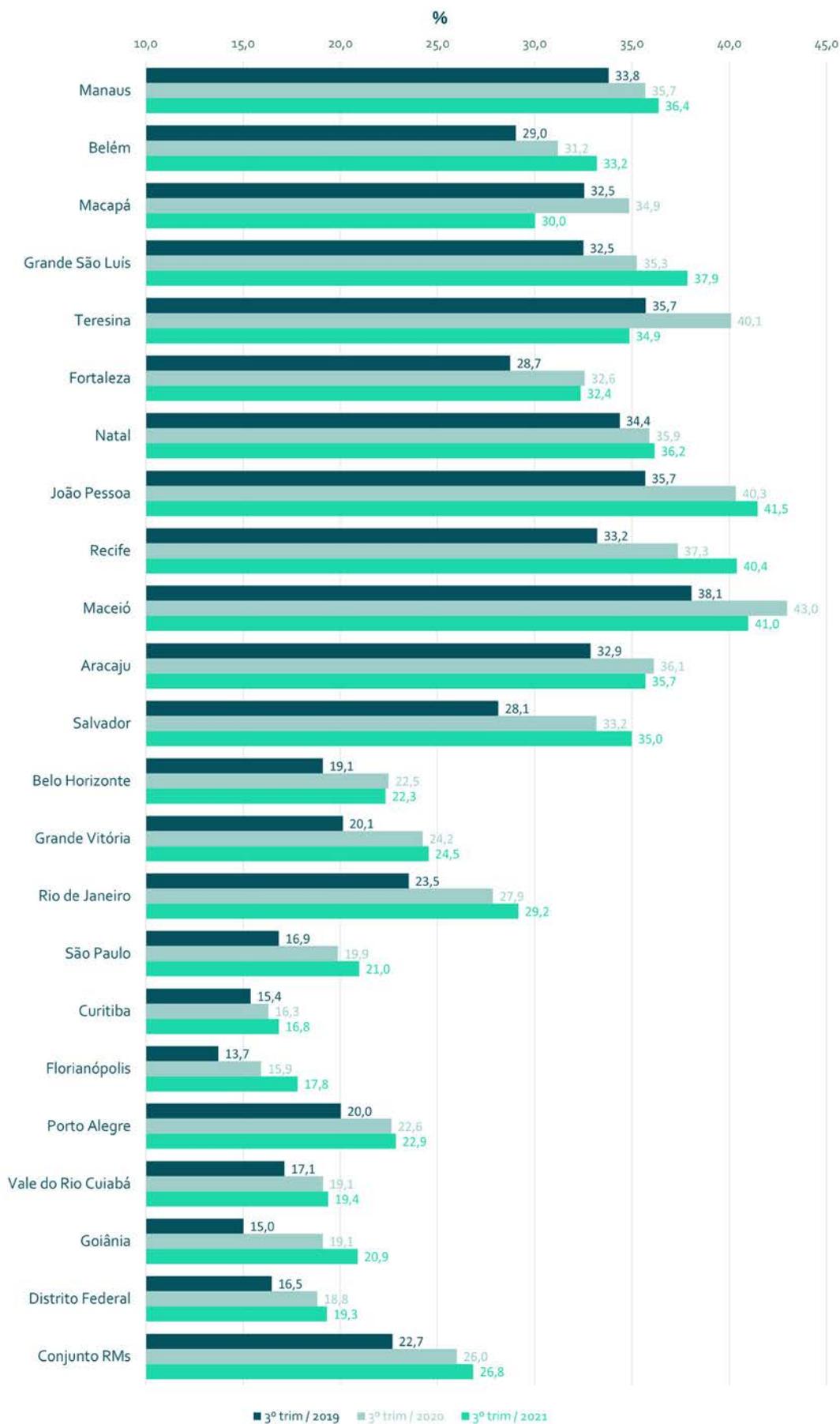


FIGURA 13: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres) (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

05 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

Conforme exposto na apresentação, este boletim pretende abordar, além das informações básicas, blocos complementares sobre alguns temas em cada trimestre, sendo nesse trimestre apresentadas informações sobre desigualdades entre os sexos masculino e feminino. Embora existam várias esferas afetadas pelas desigualdades de sexo, esse Boletim se concentra na desigualdade de renda e nas diferenças existentes nas médias de rendimentos entre as famílias chefiadas por homens em relação às famílias chefiadas por mulheres - já que a renda familiar é uma unidade bastante relevante na discussão sobre vulnerabilidade econômica. A informação utilizada neste bloco complementar será a razão entre o rendimento médio das famílias chefiadas por homens e o rendimento médio das famílias chefiadas por mulheres. Portanto, quanto mais próximo de 1, maior a igualdade de rendimento entre famílias chefiadas por mulheres e homens. E quanto mais alto o valor, maior a desigualdade entre os sexos vista sob esse aspecto.

Na figura 14 está exposta a média móvel dessa razão para o Conjunto das Regiões Metropolitanas. No geral, o que verificamos é uma flutuação dessa razão entre 1,4 e 1,5 do início da série histórica até o 2º trimestre de 2020. O que se percebe em seguida, a partir do trimestre em que se sentem as consequências da pandemia, é uma forte elevação desta razão até o 2º trimestre de 2021, quando se alcança o valor de 1,63, o mais alto da série histórica, seguido de uma leve redução, alcançado 1,60

no trimestre mais recente. Isso indica que as famílias chefiadas por homens tinham rendimentos 60% mais elevados que aquelas chefiadas por mulheres.

Esses dados apontam, portanto, para um cenário de grande desigualdade, de modo que as famílias chefiadas por mulheres foram impactadas de forma muito mais profunda durante a pandemia. Outro dado relevante é que na comparação com os outros indicadores exposto nesse boletim, como o coeficiente de Gini ou a razão de rendimentos entre os extratos de renda, a desigualdade entre os sexos teve uma diminuição mais lenta em 2021, se iniciando apenas entre o 2º e o 3º trimestre, o que pode indicar para desigualdades mais persistentes nesse aspecto.

Na figura 15 estão expostos os valores dos rendimentos médios das famílias chefiadas por homens em relação às famílias chefiadas por mulheres em cada uma das regiões metropolitanas do Brasil, para os 3º trimestres de 2019, 2020 e 2021. Para o conjunto das regiões metropolitanas, houve um aumento de 6,8% no primeiro ano e um aumento de 3,1% no segundo, o que se combinou em um crescimento de 10,1% no período. Esse crescimento se verificou na maior parte das metrópoles, com exceção de Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre e Distrito Federal. Esse crescimento em dois anos foi superior a 30% em quatro das regiões metropolitanas: Grande São Luís [38,9%], Belém [37,2%], Natal [37,0%] e Macapá [32,3%].

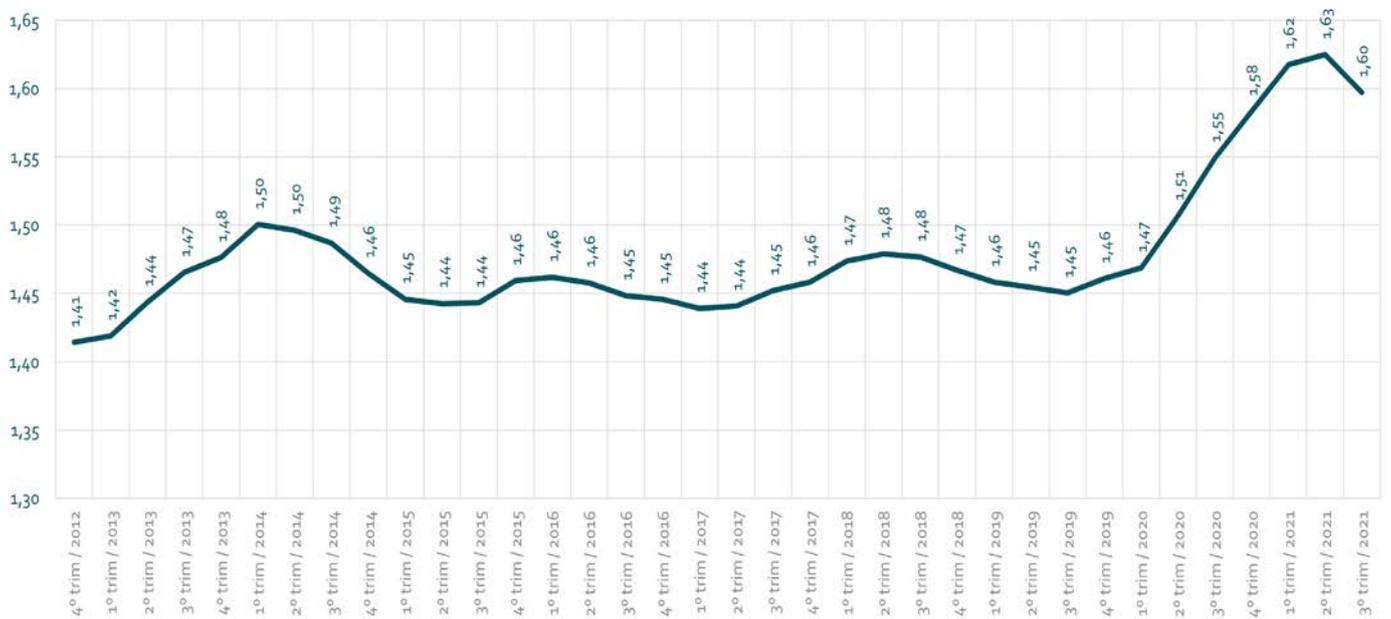


FIGURA14: Rendimentos médios* das famílias chefiadas por homens em relação às famílias chefiadas por mulheres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

As regiões metropolitanas onde a razão entre os rendimentos entre famílias chefiadas por homens e mulheres foram maiores no 3º trimestre de 2021 foram as regiões metropolitanas de Natal [2,12], Grande São Luís [2,05], João Pessoa [1,98], Belém [1,98] e Maceió [1,73]. No outro extremo, as regiões metropolitanas em que se registram os menores indicadores de desigualdade entre os sexos são Curitiba [1,46], Goiânia [1,44], Belo Horizonte [1,43], Distrito Federal [1,41] e Florianópolis [1,29].

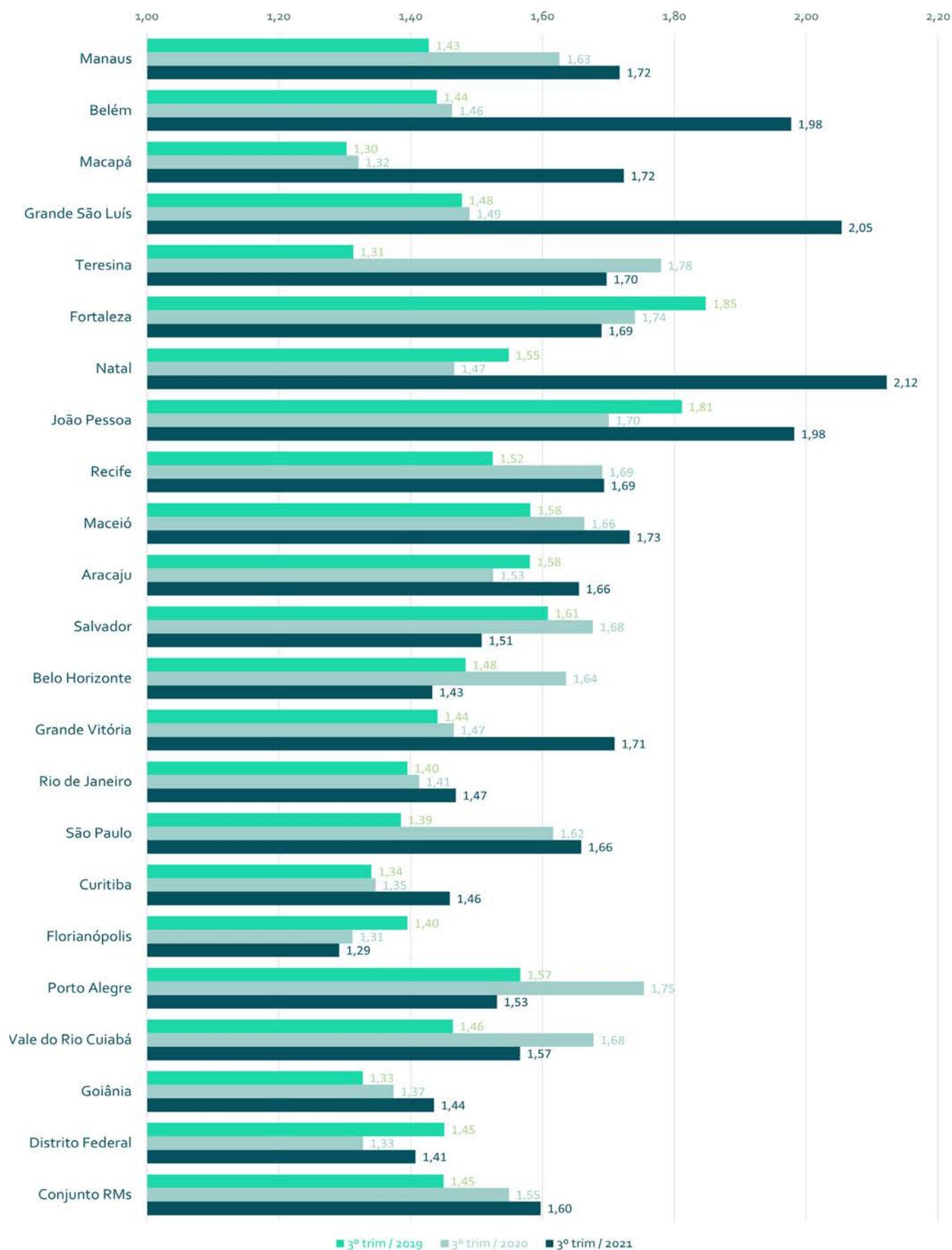


FIGURA 15: Rendimentos médios* das famílias chefiadas por homens em relação às famílias chefiadas por mulheres – Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

ANEXO

| Região metropolitana | Estrato de rendimentos | Varição (%) |
|----------------------|------------------------|-------------|
| Manaus | 40% (-) | 18,0 |
| | 10% (+) | -20,5 |
| Belém | 40% (-) | 4,4 |
| | 10% (+) | 19,4 |
| Macapá | 40% (-) | 28,8 |
| | 10% (+) | 12,3 |
| Grande São Luís | 40% (-) | 14,9 |
| | 10% (+) | 2,6 |
| Teresina | 40% (-) | 72,8 |
| | 10% (+) | 18,6 |
| Fortaleza | 40% (-) | 35,8 |
| | 10% (+) | 16,7 |
| Natal | 40% (-) | 12,2 |
| | 10% (+) | 4,7 |
| João Pessoa | 40% (-) | 198,0 |
| | 10% (+) | -22,1 |
| Recife | 40% (-) | 2,0 |
| | 10% (+) | -11,7 |
| Maceió | 40% (-) | 129,4 |
| | 10% (+) | 65,2 |
| Aracaju | 40% (-) | 83,5 |
| | 10% (+) | 11,0 |
| Salvador | 40% (-) | 45,5 |
| | 10% (+) | -3,3 |
| Belo Horizonte | 40% (-) | 22,9 |
| | 10% (+) | 15,2 |
| Grande Vitória | 40% (-) | 18,6 |
| | 10% (+) | 0,9 |
| Rio de Janeiro | 40% (-) | 55,3 |
| | 10% (+) | -11,6 |
| São Paulo | 40% (-) | 18,5 |
| | 10% (+) | -18,3 |
| Curitiba | 40% (-) | -3,9 |
| | 10% (+) | -11,7 |
| Florianópolis | 40% (-) | 2,7 |
| | 10% (+) | -19,4 |
| Porto Alegre | 40% (-) | 25,9 |
| | 10% (+) | -1,8 |
| Vale do Rio Cuiabá | 40% (-) | 16,3 |
| | 10% (+) | -27,4 |
| Goiânia | 40% (-) | 24,7 |
| | 10% (+) | 6,2 |
| Distrito Federal | 40% (-) | 22,5 |
| | 10% (+) | 1,0 |
| Conjunto RMs | 40% (-) | 23,4 |
| | 10% (+) | -8,0 |

TABELA A1: Variação dos rendimentos* médios entre o terceiro trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2021, por estratos de renda (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

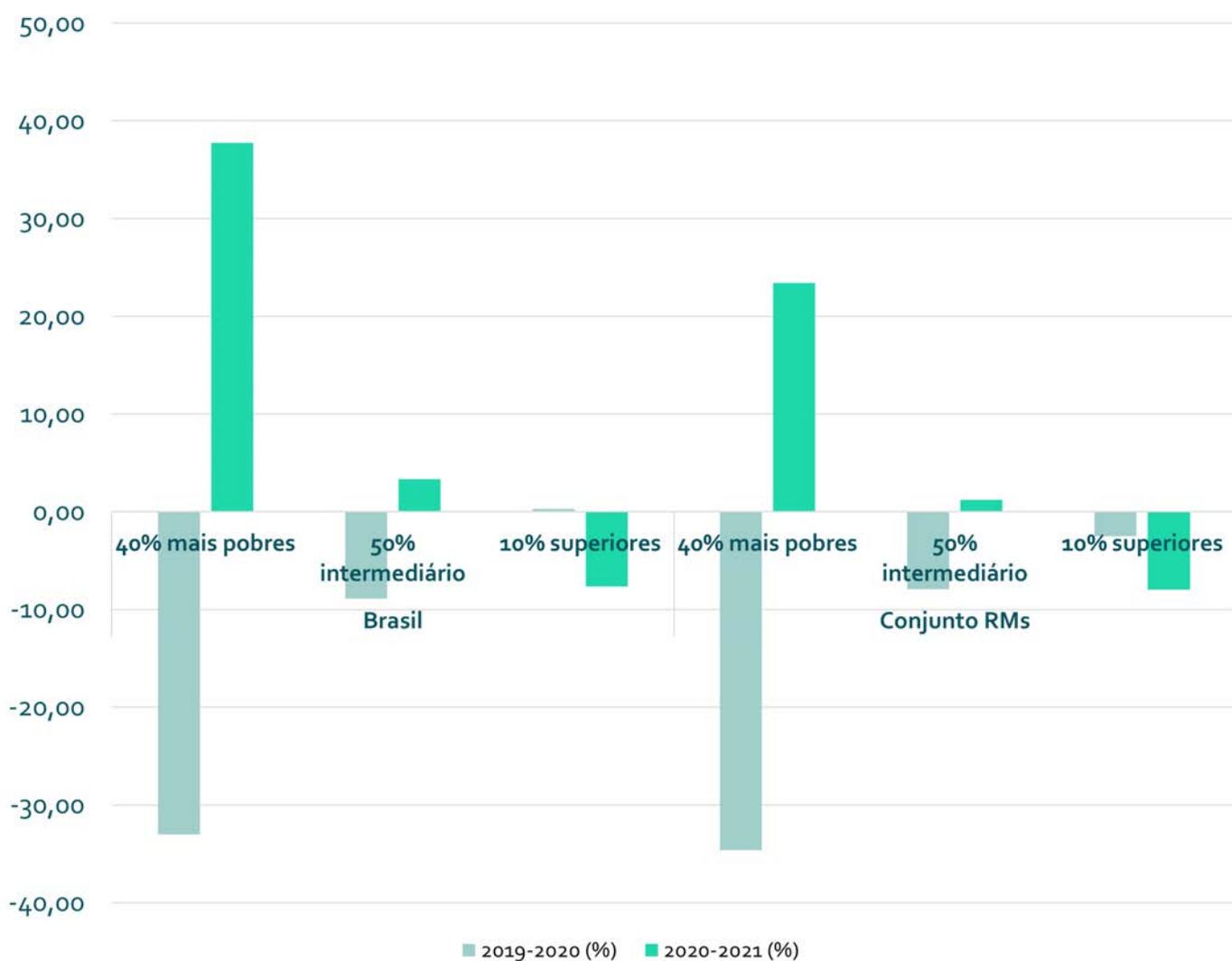


FIGURA A1: Variação da Média de Rendimentos*, por Estrato de Renda - Brasil Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 3º trimestre 2021 / IPCA).

PUCRS

